

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Cultura vagabundista

Infelizmente, estávamos redondamente enganados quando dissemos, em recente editorial, que o processo de revisão constitucional havia, finalmente, decolado. O adiamento do início da votação das primeiras emendas já com o parecer do relator Nelson Jobim, de ontem para a próxima quarta-feira, e o movimento para prorrogar por mais um mês — de 15 de março para 15 de abril — a data de encerramento da revisão mostram que continuamos sem poder confiar no Congresso Nacional.

E nós ingenuamente confiamos, movidos pelos bons ventos que sopravam da CPI do Orçamento. Esquecemos que não é só o mal da corrupção que corrói o Congresso Nacional e contribui para a péssima imagem que ele desfruta junto à opinião pública. A vagabundagem, a falta de apego ao trabalho, é outra marca registrada dos senhores que pagamos para nos representar no Congresso.

Alegou-se, para justificar o adiamento do início da votação da nova Constituição, o fato de estarem na ordem do dia também, com o prazo de vencimento até o final desta semana, as diversas MPs que constituem o programa econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso. E que elas teriam prioridade. Ora, isso é desculpa de quem não quer trabalhar. Nada impede que os senhores deputados e senadores façam as duas coisas ao mesmo tempo, aliás como vem sugerindo o deputado Nelson Jobim: que pela manhã os parlamentares cuidem da revisão e à tarde dos trabalhos ordinários do Legislativo. A necessidade de concentrar a atenção nas medidas do FHC2 é apenas uma desculpa, como antes a desculpa era o trabalho da CPI do Orçamento. Acontece que a própria CPI em suas conclusões mostrou que, sem mudanças na Constituição, a corrupção que ali foi investigada continuará a imperar. E o plano do ministro da Fazenda depende, em grande parte, de modificações no texto constitucional.

É vagabundagem mesmo, como fica claro na observação do líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães, um dos mais empenhados em fazer a revisão an-

dar: "Perdemos mais uma semana e se eu disser que vai ter votação na semana que vem ninguém vai acreditar". E não vai acreditar por quê? Porque, ao contrário dos outros brasileiros que cumprem diariamente suas obrigações profissionais, sem nenhum privilégio, os congressistas têm um singular esquema de trabalho (se se pode chamar isso de trabalho): começam a chegar a Brasília — quando vão — na terça-feira e na quinta-feira à tarde já estão deixando a capital da República. Assim, efetivamente, só têm um dia inteiro na semana — a quarta-feira — para cumprir suas obrigações. E em épocas de férias e feriados até nas quartas-feiras o Congresso fica às moscas.

É por essas e outras que já há muita gente no Congresso dizendo que a revisão só irá começar de fato após o carnaval e defendendo, desde já, antes mesmo que qualquer emenda tenha sido votada, a prorrogação da data do fim dos trabalhos. Com ironia, o deputado Gustavo Krause, firme defensor da revisão, garante que a prorrogação sairá sem problemas, pois a cultura do Congresso é "prorrogacionista". Desculpe-nos o dedicado ex-ministro, mas a cultura do Congresso é mesmo **vagabundista** e **irresponsabilista**, como diria o prefeito Odorico Paraguaçu da novela o **Bem-Amado**, o protótipo mais bem acabado do político brasileiro.

Líderes partidários e a direção do Congresso estão discutindo formas de levar deputados e senadores a cumprir suas obrigações, para o qual eles são pagos — e muito bem pagos — com o dinheiro dos impostos que todos nós pagamos e que eles acabam de aumentar para não cortar seus privilégios. Isso é conversa de quem não quer resolver o problema. Não é preciso fórmula mágica nova nenhuma, é só cumprir a lei. Diz a lei que o parlamentar que se ausentar do Congresso deve ter essas faltas descontadas de seus gordos salários. E que quem faltar a um determinado número de sessões deve ter o mandato cassado. Mas a quem interessa cumprir esse tipo de lei no Congresso, se a **cultura vagabundista** acaba beneficiando todo mundo?